

A ECONOMIA DOS MEGAEVENTOS: impactos setoriais e regionais

*The economics of mega events:
sectoral and regional impacts*

*La economía de los mega-eventos:
impactos sectoriales y regionales*

Alberto Oliveira*

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar a coerência da adoção dos megaeventos como estratégia de crescimento econômico. A revisão bibliográfica mostra que essa estratégia não está baseada em sólida base teórica, pois resulta de modelos adotados em outros contextos e escalas geográficas. A experiência internacional indica que os megaeventos são estratégias de risco, principalmente nos países subdesenvolvidos. A análise econômica revela que os setores econômicos beneficiados não apresentam alto impacto para a economia brasileira, e a concentração de investimentos no Sudeste do País não contribui para a redução das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Megaeventos. Grandes projetos urbanos. Estratégia de Desenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this study is to evaluate the coherence of mega-events as strategy for economic growth. The bibliographic review showed that this strategy is not based on solid theoretical basis, because results from models adopted in other contexts and geographical scales. The international experience indicates that mega-events depend on high level risk strategies, particularly at developing countries. The economic analysis revealed that the benefited economic sectors do not have a high impact on the Brazilian economy and the concentration of investments in the country's southeast does not contribute to reduce regional inequalities.

Keywords: Mega-events. Urban master projects. Development strategies.

* Economista, doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. E-mail: alberto.ippur@gmail.com

Artigo recebido em set./2011 e aceito para publicação em nov./2011.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es evaluar la consistencia de la adopción de los mega-eventos como una estrategia para el crecimiento económico. La revisión de la literatura mostró que esta estrategia no se basa en sólidos fundamentos teóricos. Mega-eventos se inspiran en modelos utilizados en otros contextos y escalas geográficas. La experiencia internacional ha demostrado que los mega-eventos implican en alto riesgo para los países en desarrollo. Los sectores económicos estimulados por mega-eventos no generan gran impacto para la economía nacional y la concentración regional de la inversión no contribuye a la reducción de las desigualdades espaciales.

Palabras-clave: Mega-eventos. Grandes proyectos urbanos. Estrategias de desarrollo.

1 OS MEGAEVENTOS COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

No último quartel do século XX as cidades foram alçadas à condição de protagonistas do desenvolvimento econômico, como reflexo das transformações na economia mundial e do surgimento de novos referenciais teóricos. A combinação desses fatores externos, somada às circunstâncias observadas no plano nacional, colocou os megaeventos no centro da agenda política nacional, gerando reflexos não desprezíveis sobre a política macroeconômica e, especialmente, sobre os territórios que serão objeto de vultosos investimentos públicos.

A crise dos anos 1970 colocou em xeque a política macroeconômica dos países industrializados, gerando transbordamentos nas economias satélites. A manutenção do modelo fordista-keynesiano demandava o permanente aumento da produtividade, de modo a sustentar as políticas de bem-estar social e garantir o processo de acumulação. Entretanto, a desaceleração do ritmo de crescimento da produtividade e a conseqüente compressão dos lucros inviabilizaram o keynesianismo, abrindo caminho para o ressurgimento das políticas de inspiração neoclássica.

Nos países centrais, importantes centros industriais foram atingidos pelo esvaziamento econômico, em razão das novas formas de organização da produção, propiciadas pelo aumento da flexibilidade da localização industrial (SWYNGEDOUW, 1997). Num contexto de acirramento da concorrência internacional, a decisão locacional transformou-se em estratégia de redução de custos, enquanto o avanço tecnológico ampliou as alternativas locais, seja pela redução das escalas mínimas de produção, seja pela integração de informações e processos.

Os Estados nacionais, em suas diversas esferas de governo, reagiram às circunstâncias restritivas do ambiente econômico por meio de estratégias defensivas, que buscavam, no limite, prover os meios necessários para capturar investimentos produtivos. A disputa internacional por capitais produtivos rapidamente se transferiu para as esferas de governo subnacionais, seja em razão da disseminação de diferentes aportes teóricos, seja, principalmente, pela pressão exercida pelo declínio dos repasses dos governos federais para os demais níveis de governo. Em suma, sob diferentes perspectivas e instrumentos metodológicos, consolidou-se a ideia de que a concentração espacial de investimentos em sítios específicos levaria, como decorrência natural, ao extravasamento do crescimento econômico para o conjunto do País.

A migração de ideias do local/regional para o urbano foi apenas uma questão de tempo. O novo paradigma de planejamento urbano, que ficou conhecido como planejamento estratégico, estabeleceu que o crescimento econômico das cidades somente poderia ser alcançado através de uma inserção vantajosa na economia globalizada. Inspirados na cidade global de Sassen (1991) e nas redes de Castells (1999), os gestores públicos se debruçaram na defesa de projetos urbanísticos pontuais, na expectativa de revigorar a economia da cidade. Com isso, a reestruturação urbana transformou-se em prioridade da agenda governamental, seja nas cidades do primeiro mundo, seja naquelas dos países em desenvolvimento.

Os efeitos benéficos dos grandes projetos urbanos não seriam passageiros, mas se desdobrariam no tempo. Na fase inicial, a valorização resultante da recuperação de espaços degradados atrairia investimentos, gerando rebatimentos imediatos sobre o emprego e a renda. Superada a fase de implantação do projeto, a reconfiguração urbana abriria caminho para o surgimento de novas atividades econômicas, especialmente no Terciário moderno (serviços financeiros, *design*, *marketing* etc.) atraindo mão de obra qualificada, realimentando os fluxos monetários e ampliando o mercado consumidor. Disso se conclui que os investimentos em grandes projetos urbanos seriam o suporte da atividade econômica ou mais. De acordo com Castells, “[...] una gran obra infraestructural, como una Ronda perimetral o la reconversión de una zona ferroviária o febril, pueden ser también operaciones de redistribución de rentas si garantizan la creación de centralidades accesibles a los setores populares y mejoran los equipamientos y los servicios de los entornos” (CASTELLS; BORJA, 1997, p.227).

Contudo, o mercado de cidades, como o de produtos, depende da escolha dos consumidores. Por isso, além da construção das vantagens comparativas, o administrador municipal deve investir em propaganda para atrair investidores, daí a importância da espetacularização da cidade. A hospedagem de grandes feiras culturais e de negócios, de atividades esportivas ou de qualquer evento de grande visibilidade é fundamental para a promoção da cidade. Em suma, o planejamento estratégico apontaria o caminho para o crescimento econômico, através da exploração racional das vocações e vantagens comparativas da cidade. Os investimentos em infraestrutura, ou seja, os grandes projetos urbanos materializariam a estratégia proposta. Seguindo essa lógica, os megaeventos seriam apenas uma peça na engrenagem estabelecida no planejamento estratégico.

A extravagância dessas políticas tornou a criatura maior que o criador. A exploração do espírito patriótico-ufanista dos megaeventos revelou-se ferramenta oportuna para mobilizar a opinião pública. No Brasil, em especial, soma-se o período de relativa folga orçamentária proporcionada pelo crescimento econômico recente. Por estas razões, a estratégia de crescimento baseada na implantação de grandes projetos urbanos foi afastada em favor da hospedagem de megaeventos, numa inversão total de papéis, em que a parte vira o todo e vice-versa. Na atualidade, a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas está no centro do debate econômico.

Entretanto, não é difícil perceber que a “estratégia megaeventos” e a “estratégia grandes projetos urbanos” compartilham vários elementos em comum, por exemplo: 1) a atração de investimentos; 2) a alavancagem do turismo; 3) as ações urbanas pontuais, e 4) o acionamento de parcerias público-privadas. Vale dizer que há também diferenças, como é o caso do poder exercido por empresas e instituições estrangeiras (COI, FIFA, grupos de mídia etc.) na definição dos projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Em suma, os megaeventos são percebidos como uma estratégia deliberada de crescimento econômico e social, calcada num arcabouço teórico que sustenta que a concentração de investimentos nas cidades produzirá efeitos de transbordamento para o restante do País. Posto desta forma, o desdobramento natural é verificar, na experiência internacional, os resultados obtidos com políticas governamentais dessa natureza.

2 A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

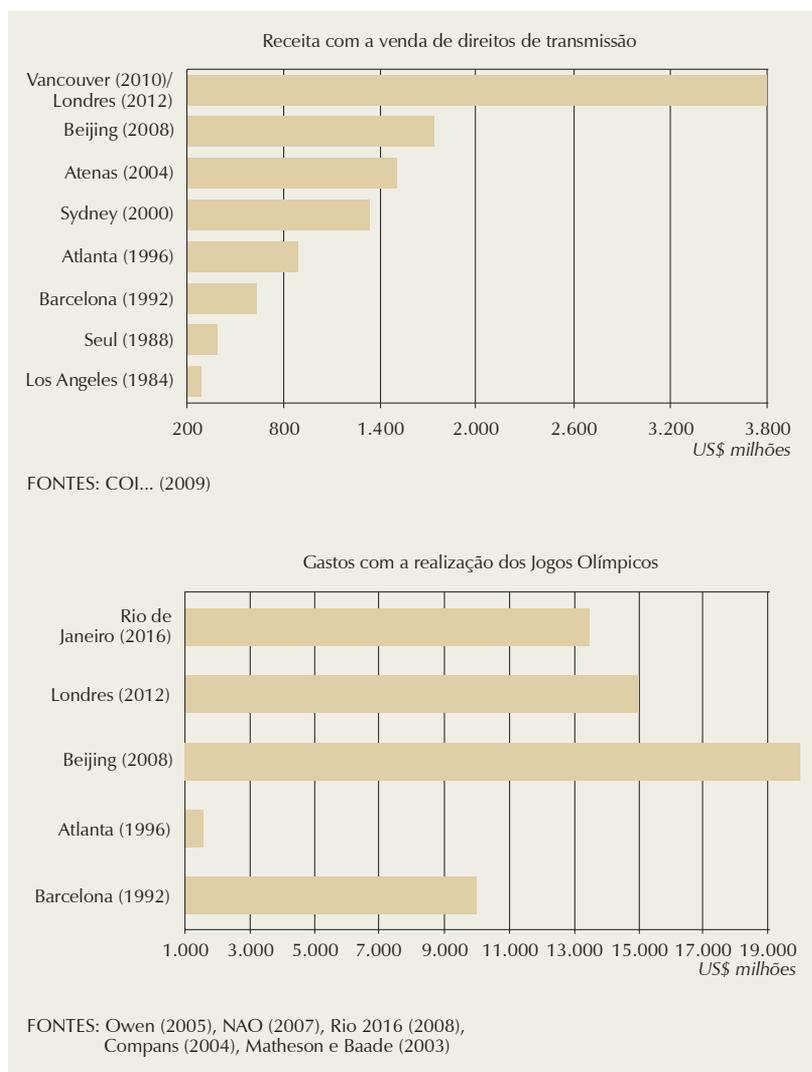
A realização de grandes eventos esportivos de caráter internacional não é novidade. A Copa do Mundo e as Olimpíadas já foram palco de importantes acontecimentos culturais e políticos. Embora seja fato que a construção de centros de convenções e de arenas esportivas, visando ao crescimento econômico, esteja presente nas cidades dos EUA desde os anos 1950 (ANDRANOVICH; BURBANK; HEYING, 2001), a novidade está no patamar dos recursos envolvidos e na transformação dos megaeventos em instrumento de negócios.

A evolução da política institucional do Comitê Olímpico Internacional (COI) ilustra, claramente, as mudanças de objetivos e os instrumentos utilizados na organização de megaeventos na atualidade. Nos anos 1980, Juan Samaranch, na época presidente do COI, promoveu mudanças profundas na organização dos jogos, articulando interesses com os países hospedeiros, patrocinadores e empresas de mídia, a fim de garantir a exploração econômica do evento. Dois elementos-chave foram decisivos nessa empreitada: a negociação sobre os direitos de transmissão e a transformação dos símbolos das Olimpíadas em propriedade do COI (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008).

Ainda que os negócios associados às Olimpíadas tenham apresentado trajetórias ascendentes desde os anos 1960, foi a partir da década de 1980 que os valores envolvidos mudaram de patamar. Os recursos obtidos com direitos de transmissão alcançaram US\$ 1,2 milhão nos jogos de Roma (1960), US\$ 1,7 bilhão nas Olimpíadas de Beijing (2008) e US\$ 3,8 bilhões para os eventos de Vancouver (2010) e Londres (2012) – figura 1. O programa de fidelização de patrocinadores (The Olympic Program - TOP) arrecadou US\$ 866 milhões no período 2005-2008, quantia muito superior aos US\$ 96 milhões obtidos em 1985/1988 (COI, 2010).

Note-se que o cerne da questão não está na mercantilização das atividades esportivas, o que, de resto, parece ser irreversível. O problema se encontra nas pressões exercidas por esse movimento sobre as demandas de infraestrutura e seus rebatimentos nas contas públicas. Enquanto as Olimpíadas de Los Angeles custaram cerca de US\$ 400 milhões, as estimativas para os jogos de Londres e do Rio de Janeiro superam a marca de US\$ 14 bilhões. Informações não oficiais sugerem que os jogos de Beijing consumiram entre US\$ 20 bilhões e US\$ 34 bilhões (MATHESON; BAADE, 2003; PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008).

FIGURA 1 - RECEITAS COM A VENDA DE DIREITOS DE TRANSMISSÃO E GASTOS COM A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS



As Olimpíadas de Barcelona, em 1992, alçaram a condição de ícone das transformações urbanas e estratégias de crescimento econômico por meio da hospedagem de megaeventos (ESSEX; CHALKLEY, 1998). Os jogos de Barcelona consumiram cerca de US\$ 10 bilhões, sendo dois terços oriundos dos cofres públicos. Estima-se que outros US\$ 25 bilhões tenham sido despendidos em empreendimentos indiretamente vinculados ao evento (COMPANS, 2004). É interessante observar, entretanto, que a adoção de Barcelona como modelo de sucesso se deve não apenas à magnitude dos valores envolvidos, mas, igualmente, à estreita ligação entre essa experiência e os princípios do planejamento estratégico.

É fácil entender, portanto, por que a experiência Catalã desperta reações tão díspares. De um lado, alguns acreditam que “Barcelona demonstrou não só que os Jogos podiam dar lucro para os organizadores, mas que podiam ser utilizados como um catalisador para o crescimento econômico e para a modernização urbana, legitimando investimentos que podem beneficiar o conjunto da população” (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2004, p.25). No sentido oposto, pondera-se que os resultados obtidos em Barcelona não decorreram dos supostos benefícios trazidos pelos jogos, mas, ao contrário, os jogos somente foram possíveis em razão da conjuntura política e econômica extremamente favorável daquele momento, derivadas, principalmente, da farta disponibilidade de recursos oriundos da entrada da Espanha na Comunidade Europeia, do processo de redemocratização e da ampliação da autonomia financeira das províncias espanholas (CARLOS..., 2011; COMPANS, 2004).

Além disso, é preciso ter em mente que os megaeventos mobilizam valores expressivos destinados ao atendimento dos gastos operacionais, cujos efeitos se esgotam totalmente ao final dos jogos. A título de ilustração, as despesas operacionais para as Olimpíadas do Rio de Janeiro estão estimadas em US\$ 3,2 bilhões. Ainda que essas despesas sejam custeadas pelo COI com as receitas obtidas com os direitos de transmissão, os patrocínios e a venda de ingressos, o dossiê de candidatura do Rio de Janeiro estabelece que US\$ 800 milhões em subsídios governamentais serão utilizados para este fim, valor suficiente para construir um dos estádios da Copa do Mundo de 2014, de acordo com os números divulgados na imprensa.

Todos esses elementos apontam para a discussão sobre a definição das prioridades da agenda de investimentos governamentais, os impactos nas contas públicas e os legados dos megaeventos para o conjunto da sociedade. A experiência internacional mostrou que o tamanho relativo das economias e as características socioeconômicas da população definitivamente não podem ser desprezados na análise sobre a oportunidade (ou não) de hospedar megaeventos, pela simples razão de que os países desenvolvidos contam com maior disponibilidade de infraestrutura do que os países em desenvolvimento.

Os campeonatos internacionais de futebol mostram como pode ser desigual o esforço empreendido pelos países para garantir a infraestrutura exigida para as competições. A Federação Internacional de Futebol (FIFA) exige que o país hospedeiro disponha de cerca de dez estádios dotados com características tecnológicas e arquitetônicas de elevado padrão de qualidade. Para atender aos requerimentos da FIFA, os EUA gastaram algo em torno de US\$ 30 milhões para a Copa do Mundo de 1994. Na França, em 1998, a reforma de estádios e o provimento de infraestrutura consumiram US\$ 500 milhões. Já a Coreia do Sul mobilizou US\$ 2 bilhões na construção de dez novos estádios para sediar a Copa do Mundo de 2002 (MATHESON; BAADE, 2003), enquanto na África do Sul, de acordo com a *Public Service Commission*, os gastos com a construção de estádios alcançaram US\$ 1,1 bilhões, pouco menos de um terço do custo total do evento, que somou US\$ 3,5 bilhões (FOOTING..., 2010).

Projetos de elevado custo esbarram, necessariamente, na viabilidade econômica dos empreendimentos após a conclusão do evento esportivo. Na Copa do Mundo de 2002, a diferença entre as situações do Japão e da Coreia do Sul era evidente. O mercado do setor esportivo no Japão é mais abrangente do que o Sul Coreano, cujas partidas de futebol registraram ocupação média de 16 mil expectadores (em estádios com capacidade para 50 mil pessoas), refletindo não apenas preferências culturais, mas, também, divergências na capacidade de consumo da população (MATHESON; BAADE, 2003).

Na Europa, a profunda crise econômica que vem sendo enfrentada pelos países da Zona do Euro torna paradigmática a situação de Portugal. Para sediar a Eurocopa de 2004, os portugueses gastaram US\$ 4,4 bilhões, sendo que US\$ 450 milhões foram destinados para a construção de arenas esportivas (MATHESON; BAADE, 2003). O Estádio de Aveiro, que custou € 62,1 milhões e contou com recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), é um caso típico de desbalanceamento entre investimento e viabilidade econômica, posto que, embora contasse com capacidade de 30 mil espectadores, vinha registrando ocupação média de 2 mil pessoas. Diante disso, o governo português vem discutindo alternativas entre a venda do estádio ou, simplesmente, sua demolição. Outros quatro estádios (Braga, Coimbra, Leiria e Faro/Loulé) que, junto com o de Aveiro, consomem € 13,0 milhões em manutenção anualmente, vêm enfrentando debate semelhante (MACHADO, 2006; AVIEIRO, 2009).

Naturalmente, embora a discussão sobre a viabilidade financeira e os custos de manutenção dos equipamentos esportivos deva ocupar posição privilegiada no debate sobre a hospedagem de megaeventos, a experiência internacional registra que o grosso dos recursos não tem exclusivamente essa destinação. Nem, tampouco, é possível afirmar que a maioria dos gastos seja dedicada ao provimento de infraestrutura urbana. Existe um conjunto de aplicações que, embora possa reverberar positivamente para o conjunto da população, somente é necessário na ocasião de megaeventos, como é o caso das despesas com segurança. Em Atlanta, consumiu-se US\$ 1,2 bilhão com o aparato de segurança (MATHESON; BAADE, 2003), enquanto, no Rio de Janeiro, cerca de um quarto dos recursos federais mobilizados para os Jogos Pan Americanos foi despendido para o mesmo fim (OLIVEIRA, 2010). Na Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, foram criadas zonas de segurança nas cidades que hospedaram as competições, consumindo montante de recursos não desprezível.

Enfim, a experiência internacional mostrou que a adoção dos megaeventos como estratégia de crescimento econômico não pode ser transplantada entre países com características socioeconômicas tão divergentes. Não é a primeira vez, no Brasil, que a importação de modelos produziu efeitos indesejáveis. É preciso considerar que a disponibilidade de infraestrutura implica sacrifícios diferenciados e que os riscos envolvidos nessa empreitada são elevados mesmo nos países centrais, sendo ainda maiores nos países periféricos.

3 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Os componentes específicos que diferenciam os megaeventos tratados na literatura das experiências presentes no Brasil (como a “indústria” do Carnaval, no Rio de Janeiro) são a ampla mobilização de recursos financeiros para a construção de infraestrutura destinada à hospedagem de eventos e o objetivo deliberado de modificar a estrutura urbana para inserir a cidade na economia internacional. Nestes termos, o único exemplo disponível no Brasil são os Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro, realizados em 2007. Vale a pena, portanto, comparar os montantes e as formas de utilização dos recursos despendidos no Pan 2007 com as previsões de gastos das Olimpíadas de 2016, a fim de identificar permanências e rupturas.

De pronto, salta aos olhos a discrepância no patamar de gastos das Olimpíadas em relação ao seu precedente: R\$ 28,9 bilhões contra R\$ 3,7 bilhões, ou seja, o evento de 2016 deverá custar quase 8 vezes mais do que o Pan. Naturalmente, demandando maior esforço fiscal de todos os níveis de governo, elevando a importância da fiscalização dos recursos públicos, bem como da reflexão acerca dos supostos benefícios envolvidos.

Em ambos os casos, fica claro que a realização de megaeventos somente é viabilizada através do aporte decisivo de recursos públicos. Embora tenha havido crescimento significativo na participação do capital privado entre o Pan e as Olimpíadas (9,1% para 28,6%, respectivamente), tais números escondem sutilezas que devem ser anotadas. No Pan, a injeção de capital privado foi praticamente nula, apenas R\$ 154 milhões. Outros R\$ 189 milhões foram gastos para erguer a Vila Pan Americana, cujos apartamentos foram financiados através da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esta taxa, menor que a usualmente aplicada no mercado imobiliário, pode estar na origem do sucesso de vendas do empreendimento. Para as Olimpíadas, estão previstos dois novos empreendimentos, a Vila de Mídia e a Vila Olímpica, que totalizam R\$ 2,5 bilhões. Ambos contarão com financiamento público, a partir de recursos da Caixa Econômica Federal. A comparação entre estes projetos não pode ir além dos números envolvidos, pois as informações sobre as condições de financiamento dos empreendimentos não foram detalhadas no dossiê de candidatura das Olimpíadas.

Dentre os investimentos das Olimpíadas classificados como esforço genuíno do capital privado figura a quantia de R\$ 1,5 bilhão, que será destinada ao aprimoramento da infraestrutura de energia elétrica do Rio de Janeiro. Embora a cifra seja significativa, a ausência de detalhamento do projeto impede averiguar sua relação direta com o evento. Em outras palavras, é difícil conferir se esses investimentos ocorreriam independentemente do fato de o Rio de Janeiro sediar as Olimpíadas. Por fim, o aumento da participação do capital não estatal resulta, igualmente, da maior visibilidade das Olimpíadas em relação ao Pan, o que incrementa as receitas do Comitê Olímpico e intensifica a atração de recursos dos patrocinadores e da mídia. No entanto, parcela significativa desses valores será consumida pelas despesas

operacionais do evento, minimizando eventuais benefícios que os jogos poderiam trazer para a população.

A estrutura de gastos do setor público apresenta nuances interessantes. Alvo de muitas críticas, seja na literatura, seja nos meios de comunicação, a participação dos gastos com arenas esportivas diminuiu entre o Pan e as Olimpíadas (de 26,6% para 3,4%, respectivamente) – tabela 1. Em termos absolutos, no entanto, os valores destinados a este fim permaneceram próximos a R\$ 1 bilhão. Curiosamente, os gastos com instalações esportivas provisórias saltou de R\$ 36 bilhões para R\$ 635 bilhões, entre os megaeventos estudados.

TABELA 1 - COMPARAÇÃO DOS GASTOS REALIZADOS NOS JOGOS PAN AMERICANOS DE 2007 EM RELAÇÃO À PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DAS OLIMPÍADAS DE 2016⁽¹⁾

FINANCIAMENTO	PAN 2007		OLIMPÍADAS 2016	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Gastos com megaeventos (A+B)	3.772	100,0	28.859	100,0
A - Gastos públicos	3.429	90,9	20.597	71,4
Investimentos de capital	1.059	28,1	16.471	57,1
Instalações esportivas permanentes	1.005	26,6	980	3,4
Transporte intermunicipal	-	-	10.904	37,8
Aeropostos e Portos	-	-	2.002	6,9
Estradas e Ferrovias	-	-	8.902	30,8
Meio-ambiente	-	-	2.410	8,4
Saúde	-	-	20	0,1
Legado urbano	54	1,4	1.640	5,7
Centro de Mídia e acomodações	-	-	517	1,8
Segurança	562	14,9	2.548	8,8
Investimentos de capital	453	12,0	1.626	5,6
Gastos operacionais	109	2,9	922	3,2
Despesas operacionais e não definidas	1.808	47,9	1.578	5,5
Instalações esportivas provisórias	36	1,0	635	2,2
Outras despesas	1.772	47,0	943	3,3
B - Gastos privados	343	9,1	8.262	28,6
Empreendimentos imobiliários	189	5,0	2.478	8,6
Vila Olímpica	189	5,0	854	3,0
Vila de Mídia	-	-	1.624	5,6
Outros gastos privados	154	4,1	5.784	20,0

FONTE: Elaborado a partir do Acórdão 2101/08 do Tribunal de Contas da União e do dossiê da candidatura Rio 2016

(1) Os números do Pan se referem a nov./2007, enquanto os do dossiê foram calculados para o ano de 2008.

Se na prestação de contas do Pan 2007 ficou evidente a ausência de legados para a cidade, no dossiê das Olimpíadas as autoridades governamentais parecem ter concentrado atenções para provar o contrário. A lista de investimentos permanentes engordou e se diversificou, contemplando diferentes áreas como Saúde, Educação e Transportes, além de um intrigante item que ganhou a denominação de “legado urbano”, que não foi detalhado no dossiê. A ausência de informações precisas impede a investigação aprofundada dos projetos urbanos ligados às Olimpíadas, pois, na maioria dos casos, conta-se apenas com dados fragmentados divulgados na

imprensa. A despeito disso, indicações esparsas sugerem que parte dos projetos diretamente relacionados às Olimpíadas integraria a carteira de investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Caso esta hipótese fosse confirmada, não haveria motivos para a realização dos jogos de 2016, posto que tais investimentos já estariam presentes nas propostas do governo.

Os gastos com segurança já estão consagrados no orçamento de megaeventos em países com elevada desigualdade social. Tal como observado na África do Sul, o Brasil reservou montante substantivo de recursos para atender às demandas de segurança. No Pan 2007, o governo federal destinou cerca de 25,0% do seu orçamento para esse fim, o equivalente a R\$ 562 milhões. Já para as Olimpíadas, os gastos com segurança devem ultrapassar R\$ 2,5 bilhões, com destaque para a construção de infraestrutura na área de segurança.

Do ponto de vista geográfico, os investimentos do Pan 2007 foram particularmente concentrados na Barra da Tijuca e no Engenho de Dentro. Em ambos os casos, há indícios de que os investimentos ligados aos jogos não geraram rebatimentos significativos nos mercados imobiliários desses bairros, por diferentes razões. Na Barra da Tijuca, parece ter havido sobreoferta de lançamentos imobiliários em período anterior aos jogos, puxando os preços dos imóveis para baixo. Assim, se os gastos do Pan não garantiram a recuperação dos preços, podem ter ao menos contribuído para a redução dos estoques. Já no Engenho de Dentro, a construção do estádio não afetou a infraestrutura do entorno, criando empecilhos para a elevação da oferta de novos lançamentos na região.

Os gastos previstos para as Olimpíadas de 2016 mantiveram o foco na Barra da Tijuca e abriram nova frente na região central do Rio de Janeiro, a partir da revitalização da área portuária. Porém, a novidade parece estar na ampliação da escala espacial e financeira do mercado imobiliário potencial. Nas imediações da Barra da Tijuca, projeto aprovado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro alterou os parâmetros urbanísticos do bairro Vargem Grande, ampliando a possibilidade de exploração imobiliária de área sujeita a elevada fragilidade ambiental (JOGOS..., 2009). Na zona portuária, a prefeitura parece estar obtendo êxito em tirar do papel projeto de revitalização que há mais de dez anos vem sendo proposto para a região. De forma a viabilizar o projeto da Zona Portuária, a prefeitura do Rio de Janeiro pressionou o COI (Comitê Olímpico Internacional) para transferir o Centro de Mídia e parte das atividades esportivas da Barra da Tijuca, como previsto no dossiê de candidatura, para a área portuária.

Resumindo, as informações disponíveis sobre a organização dos Jogos Olímpicos de 2016 não apontam para diferenças substanciais nas práticas adotadas para a hospedagem de megaeventos, seja no Brasil, seja no exterior. Contudo, considerando o elevado montante de recursos públicos envolvidos, torna-se imprescindível comparar os efeitos produzidos pelos megaeventos com outras estratégias governamentais de crescimento econômico.

4 IMPACTOS SETORIAIS E REGIONAIS DOS MEGAEVENTOS

A análise ponderada dos custos e benefícios decorrentes dos investimentos requeridos pelos megaeventos, no caso brasileiro, envolvendo os gastos com a preparação da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016), recomenda a investigação de efeitos sob os pontos de vista setorial e regional, sem prejuízo, naturalmente, do conhecimento aprofundado dos impactos produzidos sobre as diferentes frações da população que, num país com crônicas desigualdades sociais, torna essa tarefa, mais do que óbvia, imprescindível.

Estudo produzido pela Fundação Instituto e Pesquisas Econômicas (FIPE), sob encomenda do Ministério do Esporte, estimou os impactos econômicos advindos da hospedagem dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Calcularam-se estimativas para diferentes recortes geográficos, desde a cidade do Rio de Janeiro até o conjunto do País, compreendendo projeções dos principais indicadores socioeconômicos, quais sejam: PIB, produção, massa salarial, emprego e arrecadação.

O estudo da FIPE, repetindo procedimento adotado em outros países hospedeiros, valeu-se de modelo de equilíbrio geral para realizar projeções do impacto econômico dos investimentos das Olimpíadas do Rio de Janeiro. O modelo estimou os efeitos produzidos durante os preparativos dos jogos, bem como seus rebatimentos futuros sobre a estrutura produtiva, compreendendo recorte temporal que se estendeu entre 2009 e 2027. Tomando-se os US\$ 11,6 bilhões em despesas de capital e outros US\$ 2,8 bilhões em custos operacionais, extraídos do dossiê de candidatura, os investigadores concluíram que os impactos alcançariam 10,0% sobre o PIB da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 1,7% em relação ao PIB brasileiro. Para o restante do Brasil, exceto o Rio de Janeiro, o efeito sobre o PIB seria de 0,8% (FIPE, 2009).

No caso da Copa do Mundo de 2014, consultoria contratada pelo Ministério do Esporte utilizando metodologia similar à adotada pela FIPE concluiu que os impactos advindos dos investimentos para o campeonato alcançariam 0,4% do PIB nacional. A previsão da renda adicional direta produzida pela Copa do Mundo alcança R\$ 47,1 bilhões, sendo que as cidades do Sudeste que hospedarão competições receberiam pouco mais da metade dessa renda: São Paulo (25%), Rio de Janeiro (20%) e Belo Horizonte (7%). Os cálculos levaram em conta os investimentos previstos na matriz de responsabilidade (R\$ 17,1 bilhões), no programa de modernização dos aeroportos e em investimentos privados, tendo como horizonte temporal o período de 2010 a 2019 (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista setorial, deve-se considerar que o acionamento da demanda de um determinado setor pode gerar efeitos sobre o PIB diferentes daqueles observados quando outro setor é estimulado, ou seja, os multiplicadores setoriais não são iguais e, portanto, geram efeitos diferentes para a economia do País como um todo. Além disso, o investimento em algumas indústrias e tipos de infraestrutura pode ser benéfico para a redução de gargalos na cadeia produtiva, para o aumento da produtividade ou, ainda, para o barateamento das exportações.

Considerando o conjunto da economia brasileira, o estudo da FIPE (2009) indicou que os impactos decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos serão capturados, principalmente, pelo setor da construção civil (10,5%), serviços imobiliários e de aluguel (6,3%), serviços prestados às empresas (5,7%), petróleo e gás (5,1%), serviços de informação (5,0%) e serviços de transporte, armazenagem e correios (4,8%). Para a Copa do Mundo, estudo produzido pela consultoria Ernst & Young (2010) indicou que os principais setores beneficiados pelos investimentos seriam a construção civil, indústria de bebidas e alimentos, serviços prestados a empresas, eletricidade, gás, esgoto e limpeza urbana, serviços de informação e hotelaria e turismo.

Contudo, o aumento da demanda de um determinado setor econômico pode gerar efeitos divergentes. “Geralmente, as atividades mais importantes na formação de capital ou no encadeamento da produção não geram muito emprego e conflitam quanto aos demais objetivos de política.” (SOUZA, 2005, p.3). A literatura econômica apresenta uma rica discussão sobre a identificação dos chamados setores-chave, ou seja, os setores capazes de contribuir, com maior intensidade, para o crescimento econômico do País (ver GUILHOTO *et al.*, 1994; CLEMENTS; ROSSI, 1992).

Em breves traços, existe relativo consenso de que os setores que apresentam índices de ligação acima da unidade (> 1) contribuem, com mais intensidade, para o crescimento econômico. Os índices de ligação são divididos em dois grupos, para frente e para trás. Setores com elevado índice de ligação para trás ($U_j > 1$) proporcionam estímulos acima da média para os demais setores econômicos, ou seja, esses setores “puxam” a economia. Já os setores com alto índice de ligação para frente ($U_i > 1$) são de grande importância para a estrutura produtiva. Assim, nos momentos de crescimento da atividade econômica esses setores tendem a ser demandados mais intensamente do que os demais. Portanto, os setores-chave são aqueles que apresentam $U_j > 1$ e $U_i > 1$, em outras palavras, são os setores que puxam a economia e, ao mesmo tempo, são bastante demandados. A combinação desses dois movimentos reforça o crescimento econômico.

A partir dos índices de ligação calculados por Altenhofen e Araújo (2011) para o ano de 2005 é possível averiguar se os setores beneficiados pelos megaeventos detêm elevado poder de reverberação para o conjunto da economia brasileira. A construção civil, por exemplo, que provavelmente receberá a maior parcela dos estímulos oriundos da Copa e das Olimpíadas, embora possua capacidade não desprezível de “puxar” os demais setores ($U_j = 0,876$), é relativamente menos acionada nos momentos de crescimento econômico. Já o setor de comunicação apresenta índices de ligação (para frente e para trás) próximos da unidade, porém, a rigor, não poderia ser considerado como um setor-chave. É interessante observar que o setor de transporte é bastante importante para o crescimento da economia nacional ($U_j = 0,912$ e $U_i = 1,786$), no entanto não se pode esquecer que o índice de ligação se refere ao conjunto da atividade de transporte do País, não se limitando

ao transporte urbano e aeroviário de passageiros, foco de parcela relevante dos investimentos relacionados aos megaeventos.

A indústria do petróleo e gás é um inquestionável setor-chave, pois registra elevados índices de ligação, seja no segmento de extração de petróleo e gás ($U_j=0,916$ e $U_i=1,437$), seja no segmento de refino de petróleo ($U_j=1,157$ e $U_i=2,676$). Infelizmente, o relatório produzido pelo Ministério do Esporte sobre os impactos econômicos derivados dos Jogos Olímpicos não detalhou os mecanismos pelos quais os investimentos em pauta estão associados ao setor de petróleo e gás, limitando-se a ponderar que tais efeitos são explicados pela concentração de investimentos no Estado do Rio de Janeiro.

A comparação dos setores-chave com aqueles beneficiados pelos megaeventos não apresenta, a princípio, estreita correlação (tabela 2). É preciso reconhecer, no entanto, que tal comparação enfrenta muitos obstáculos, sobretudo a precariedade do acesso à informação sobre os gastos com os megaeventos. Infelizmente, os relatórios oficiais não fornecem detalhamentos metodológicos que possibilitem a análise aprofundada dos impactos setoriais dos megaeventos, nem, tampouco, informações mais abrangentes dos efeitos dessa estratégia para o conjunto da economia.

TABELA 2 - ÍNDICES DE LIGAÇÃO PARA FRENTE E PARA TRÁS - BRASIL - 2005

SETORES QUE RECEBERÃO OS EFEITOS DOS INVESTIMENTOS DA COPA DO MUNDO (2014) E DOS JOGOS OLÍMPICOS (2016)	ÍNDICES DE LIGAÇÃO	
	Para trás (U_j)	Para frente (U_i)
Construção Civil	0,876	0,631
Aluguel de imóveis	0,539	0,747
Serviços prestados a empresas	0,769	1,963
Serviços de informação	-	-
Serviços de transporte	0,912	1,786
Serviços de comunicação	0,868	1,043
Refino de petróleo	1,157	2,676
Extração de petróleo e gás	0,916	1,437
Alimentos e bebidas	-	-
Serviços de hotelaria e turismo	-	-

FONTE: Altenhofen e Araújo (2011)

Sob a ótica regional, é fácil perceber que os estudos encomendados pelo Ministério do Esporte apontam para uma elevada concentração de efeitos econômicos na Região Sudeste, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, seja em relação às Olimpíadas, seja em relação à Copa do Mundo. Tais resultados são perfeitamente coerentes e previsíveis, pois a histórica concentração da estrutura produtiva e de serviços avançados naquela região do País tende a capturar os efeitos de encadeamento (para frente e para trás) oriundos dos investimentos nos megaeventos. Isso significa que investimentos realizados no Sudeste tendem a reter parcela relevante do potencial multiplicador no interior de suas fronteiras. Pelos mesmos motivos, aportes realizados fora do Sudeste usualmente geram efeitos relativamente mais intensos de transbordamento para o restante do País.

O estreitamento de relações comerciais e de complementaridade produtiva entre regiões é crucial para o crescimento econômico do conjunto do País. É notório que o processo de integração da economia brasileira foi fundamental para viabilizar a consolidação da indústria em São Paulo e que a especialização produtiva regional, a partir dos anos 1970, contribuiu, largamente, para a desconcentração industrial e a redução dos desequilíbrios regionais no Brasil (CANO, 1998). Portanto, a interação entre regiões intensifica os efeitos sinérgicos e a dependência entre estruturas produtivas diferentes. Por isso, o aumento da produção numa determinada região cria efeitos sobre as demais, fenômeno conhecido por transbordamento do multiplicador da produção.

No entanto, diferenças espaciais na estrutura produtiva implicam efeitos de transbordamento divergentes. O transbordamento do multiplicador pode ser avaliado através da identificação dos níveis de dependência de uma região em relação às demais. Em outras palavras, quanto mais elevado for o nível de dependência de uma região maior será o fluxo de importações dessa região provenientes do restante do País, ou, no sentido inverso, quanto menor a dependência de uma região maior será o volume de compras efetuado dentro de suas próprias fronteiras. Naturalmente, o nível de dependência está diretamente relacionado com a complexidade da matriz produtiva (e de serviços) das regiões. Portanto, o nível de dependência do Norte e Nordeste (29,0% e 24,5%, respectivamente) supera o observado no Sudeste (11,0%), como atestam Sesso Filho *et al.* (1996).

Ora, não é difícil deduzir que a estratégia de crescimento econômico lastreada em megaeventos, ao concentrar investimentos no Sudeste, redireciona o efeito multiplicador para a região mais desenvolvida do País, reduzindo os rebatimentos econômicos sobre recortes geográficos socialmente vulneráveis, o que, de resto, não contribui no esforço governamental de redução das disparidades regionais. Disso se conclui que

a elaboração de estratégias de desenvolvimento regional deve contemplar análises da estrutura produtiva (cadeia) dos setores a serem beneficiados por políticas públicas, pois os componentes da cadeia produtiva podem estar distribuídos em diferentes regiões: fornecimento de matéria-prima, indústria (agregação de valor) e setores prestadores de serviços. A compra de bens intermediários e serviços de outras regiões causa o efeito de transbordamento do multiplicador de produção e, conseqüentemente, de renda e emprego. Além disso, deve-se levar em consideração o local de consumo final do produto, importante fonte de receita (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para os Estados (SESSO FILHO *et al.*, 1996, p.246).

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi avaliar a coerência da adoção dos megaeventos como estratégia de crescimento econômico. Em primeiro lugar, demonstrou-se que a fundamentação teórica dessa estratégia apresenta fragilidades, pois resulta da apropriação de princípios e de conceitos teóricos que foram desenvolvidos em períodos históricos e escalas geográficas completamente estranhas à sua atual aplicação. Em suma, o consenso em torno dos megaeventos como estratégia de crescimento econômico e social emergiu a partir de uma noção difusa de desenvolvimento local acoplada ao planejamento estratégico.

Ademais, a experiência internacional revelou que os megaeventos são estratégias de alto risco, mesmo para os países centrais. Para os países periféricos, onde o déficit de serviços públicos é crônico e a infraestrutura é escassa, sobretudo no que tange aos equipamentos esportivos, a empreitada dos megaeventos beira um ato de fé. Embora não existam dúvidas de que a mobilização de poupança pública resulta em crescimento econômico, como estabelece a teoria keynesiana, não existem indicações concretas de que os setores beneficiados pelos megaeventos são aqueles com maior capacidade de alavancar a economia brasileira.

Finalmente e mais importante, os relatórios oficiais e a literatura econômica provam que os investimentos associados aos megaeventos não contribuem para a redução das desigualdades regionais, pois a concentração de gastos nas áreas dinâmicas do País tende a reter os efeitos multiplicadores dentro de suas próprias fronteiras, o contrário do que é esperado quando o aporte é realizado nas regiões menos dinâmicas.

A discussão sobre megaeventos não pode ser capturada pelo espírito ufanista que inunda a imprensa, devendo ser substituída pela análise ponderada dos custos e benefícios envolvidos nessa estratégia. A despeito do modismo de ocasião, o País conta com instituições, instrumentos e políticas para o desenvolvimento econômico forjados na história e no debate político. Decisões casuísticas tomadas em clima de exceção (VAINER, 2011) não podem se sobrepor a instrumentos democraticamente constituídos.

REFERÊNCIAS

- ALTENHOFEN, L. R.; ARAÚJO, M. P. **Análise da evolução e as modificações dos setores-chave da economia brasileira no período 1996, 2001 e 2005**. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/29.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.
- ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M.; HEYING, C. Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. **Journal of Urban Affairs**, Nova Jersey: Urban Affairs Association, v.23, n.2, p.113-131, 2001.
- AVEIRO discute demolição do estádio. **Diário de Notícias**, Lisboa, 16 out. 2009. Disponível em: <http://www.dn.pt/desporto/interior.aspx?content_id=1392164>.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Impactos econômicos da realização da Copa de 2014 no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1288291213.pdf>.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. 2.ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- CARLOS Vainer discute megaeventos e a cidade de exceção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/carlos-vainer-discute-megaeventos-cidade-de-excecao-396846.asp>>.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (v.1 - A era da informação).
- CASTELLS, M.; BORJA, J. E. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v.11, n.1/2, p.207-231, jan./dez. 1997.
- CLEMENTS, B.; ROSSI, J. W. Ligações interindustriais e setores-chave na economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v.22, n.1, p.101-124, abr. 1992.
- COI vende direitos de TV para jogos de 2010 e 2012 por US\$ 3,8 bilhões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 out. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2009/10/07/coi-vende-direitos-de-tv-para-jogos-de-2010-2012-por-us-3-8-bilhoes-767945329.asp>>.
- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL - COI. **Olympic Marketing Fact File**. 2010. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/IOC_Marketing_Fact_File_2010%20r.pdf>.
- COMPANS, R. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais In: CAMINHOS para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP/EMURB, 2004. p.23-60.
- CUSTO da Copa corre o risco de explodir. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1109201102.htm>>.
- ERNST & YOUNG. **Brasil sustentável: impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014**. 2010. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_Copa2014_novamarca/\\$FILE/PDF_copa.do.mundo_port.2011.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_Copa2014_novamarca/$FILE/PDF_copa.do.mundo_port.2011.pdf)>.

ESSEX, S.; CHALKLEY, B. Olympic games: catalyst of urban change. **Leisure Studies**, London: Routledge, n.17, 1998.

FOOTING South Africa's World Cup bill. **BBC News**, 04 June 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8718696.stm>>.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. **Relatório final do estudo de impactos socioeconômicos potenciais da realização dos Jogos Olímpicos na Cidade do Rio de Janeiro em 2016**. 2009. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/feaecon/econoteen/BGF%20-%20Candidatura%20Rio2016%20-%20FIA%20-%20Estudo%20de%20Impactos%20Socioecon%C3%B4micos%20dos%20Jogos.pdf>>.

GUILHOTO, J. J. M. et al. Índices de ligações e setores-chave na economia brasileira: 1959/80. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v.24, n.2, p.287-314, ago. 1994.

JOGOS 2016 mudam tudo em Vargem Grande. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 out. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2009/10/27/jogos-2016-mudam-tudo-em-vargem-grande-914397793.asp>>.

MACHADO, A. J. B. **Análise do processo de construção e gestão de um estádio de futebol: estudo de caso do estádio de futebol de Aveiro**. 2006. 154f. Dissertação (Mestre em Ciências do Desporto) - Faculdade do Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2006.

MATHESON, V.; BAADE, R. **Mega-Sporting Events in Developing Nations: Playing the Way to Prosperity?** 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/hcx/wpaper/0404.html>>.

NATIONAL AUDIT OFFICE - NAO. **The budget for the London 2012 Olympic and Paralympic Games**. Report by the comptroller and auditor general. 2007. Disponível em: <http://www.nao.org.uk/publications/0607/the_budget_for_the_london_2012.aspx>.

OLIVEIRA, A. Mega-Events, Urban Management and Macroeconomic Policy: the 2007 Pan American Games in Rio de Janeiro. **Journal of Urban Planning and Development**, New York: American Society of Civil Engineers, v.137, n.2, p.184-192, 2010.

OLIVEIRA, A. Planejamento urbano e geração de empregos: a cidade de São Paulo (Brasil) nos anos 90. **EURE: Revista latinoamericana de estudios urbano regionales**, Santiago de Chile: Pontificia Universidad Catolica de Chile, v.31, n.92, p.47-64, mayo 2005. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612005009200003&script=sci_arttext>.

OWEN, J. G. Estimating the cost and benefit of hosting Olympic Games: What Can Beijing expect from its 2008 games? **The Industrial Geographer**, Terre Haute: Indiana State University, Department of Geography, Geology & Anthropology, v.3, n.1, p.1-18, 2005.

PRONI, M. W.; ARAUJO, L. S.; AMORIM, R. L. C. **Leitura econômica dos jogos olímpicos: financiamento, organização e resultados**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (Texto para Discussão, n.1356).

RIO 2016. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016**. 2008. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/arquivos>>.

ROMER, P. Endogenous Technological Change. **The Journal of Political Economy**, Chicago: University of Chicago Press, v.5, n.98, parte II, p.71-102, Out. 1990.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SESSO FILHO, U. A. et al. Interações sinérgicas e transbordamento do efeito multiplicador de produção das grandes regiões do Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo: USP/FEA, v.10, n.2, p.225-247, abr./jun. 2006.

SOLOW, R. M. A. Contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge: Harvard University, v.70, n.1, p.65-94, fev. 1956.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: COX, K. R (Ed.). **Spaces of globalization**: reasserting the power of the local. New York: Guilford Press, 1997. p.137-166.

VAINER, C. B. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/cidade-de-excecao-carlos-vainer>>. Acesso em: 11 set. 2011.